

## Atos Oficiais

### Resolução CMS:

#### **Resolução CMS 13 de 16 de julho de 2021**

Aprova alterações no Regimento da XII Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires – São Paulo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.288 de 05 de novembro de 1990,

Resolve:

Art. 1º Aprovar alterações no Regimento da XII Conferência Municipal de Saúde do município da Estância Turística de Ribeirão Pires (Anexo I).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente

**REGIMENTO – XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PIRES**

**CAPÍTULO I**

**DA FINALIDADE E DO OBJETIVO**

Art. 1º .....

Art. 2º ...

**CAPÍTULO II DO TEMA**

Art. 3º .....

....

**CAPÍTULO III**

**Da Realização**

Art. 4º A XII Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 15 de agosto de 2021, mediante a execução das fases de:

Mobilização e realização das atividades de pré-conferência para compartilhar a análise da situação de saúde da população, da estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, dos processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde e elaborar propostas do equipamento para o Plano Municipal de Saúde, a serem realizadas entre 19/07/2021 a 02/08/2021, Conforme Cronograma abaixo :

<b>AGENDA DE REUNIÕES COM O CONSELHOS GESTORES DAS UNIDADES DE SAÚDE</b>			
DATA	HORÁRIO	LOCAL:	Responsável CMS
19/07/2021	8:00	UBS CENTRO	RAQUEL
19/07/2021	17:00	UPA SANTA LUZIA	LIMA /LUCILENE
20/07/2021	8:00	USB CENTRO ALTO	LIMA
20/07/2021	17:00	SAO LUCAS	LIMA /LUCILENE
21/07/2021	8:00	UBS JD LUZO	LIMA
21/07/2021	10:00	SAE	LIMA /LUCILENE
21/07/2021	14:00	CEO	LUCILENE / LIMA
22/07/2021	8:00	SANTA LUZIA	LIMA
22/07/2021	14:00	CEM	LIMA /LUCILENE
23/07/2021	8:00	APRAESPI GESTORES	SEGMENTO LIMA /LUCILENE /RAQUEL
23/07/2021	14:00	APRAESPI TRABALHADORES	SEGMENTO LIMA /LUCILENE /RAQUEL
25/07/2021	8:00	APRAESPI SEGMENTOS USUÁRIOS	LIMA /LUCILENE /RAQUEL
26/07/2021	8:00	JD VALENTINA	LIMA
27/07/2021	8:00	USF GUANABARA	LIMA

27/07/2021	14:00	CAPS AD	LIMA /LUCILENE
28/07/2021	8:00	VILA SUELI	LIMA
28/07/2021	14:00	CAPS II	LIMA /LUCILENE
29/07/2021	8:00	UBS OURO FINO	LIMA
29/07/2021	13:00	EMAD	LIMA /LUCILENE
29/07/2021	15:00	UBS JD CAÇULA	LIMA/ LUCILENE
30/07/2021	8:00 HORAS	IV DIVISÃO	LIMA
02/08/2021	9:00 HORAS	CAPS INFANTIL	LIMA
02/08/2021	14:00HORAS	ZOONOSE	LIMA

....  
Art. 6º As inscrições para a XII Conferência Municipal de Saúde ocorrerão no período de 02/08/2021 à 06/08/2021 por link, ou diretamente na sala do conselho e será dado publicidade em tempo oportuno - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO .

Art. 7º O formulário de inscrição terão o seguinte:

- Nome;
- Data de Nascimento;
- RG;
- CPF;
- Endereço;
- Segmento: usuário, gestor, trabalhador;
- Email;
- Celular (whats);
- Unidade de referência:
- Optar por um dos Eixos temáticos:
  1. Atenção Primária e Especialidades Médicas, a prevenção das morbidades na população (Pós-Covid);
  2. Saúde Mental, adequação dos equipamentos e a oferta qualificada de serviços;
  3. Urgência e emergência, oferta adequada de atendimento à população;
  4. Qualificação do modelo de gestão, financiamento e administração dos equipamentos e serviços de saúde pública.

Art. 8º No período de 09/08/2021 a 13/08/2021 a Comissão Organizadora enviará os links da XII Conferência Municipal de Saúde que será realizada no dia 15/08/2021, da Plenária Geral e do Eixo temático inscrito.

Art. 9º No dia 15/08/2021 terá a seguinte organização: 09:00hs – Os inscritos deverão acessar o link da PLENÁRIA GERAL e terá a Composição da Mesa e Abertura da XII Conferência Municipal de Saúde.

09:30hs – Encerramento da Abertura e composição das salas para eixos temáticos

09:40hs – Os inscritos deverão acessar o link EIXO TEMÁTICO e se dará ao início dos trabalhos de cada eixo, sendo composto presencialmente por 1 (um) relator e 1 (um) coordenador. E terá a seguinte organização de cada eixo:

- elaborar e aprovar até no máximo 5 (cinco) proposta pertinentes ao eixo temático;
- após o relator enviará por mensagem (Whats) para a Comissão de mobilização e relatoria;
- a comissão formatará em um único arquivo para ser apresentado na Plenária geral e também fará um print da tela das propostas enviadas pelo relator de cada eixo;

10:50hs – Encerramento da discussão dos eixos temáticos e apresentação de atração definida pela comissão organizadora;

11:00hs – Os inscritos deverão acessar o link PLENÁRIA GERAL e iniciará a plenária. Onde estarão sendo apresentadas em telão todas as propostas, e a mesa diretora realizará a leitura de cada proposta obedecendo a seguinte ordem:

- Leitura da 1ª proposta –em seguida cada delegado, deverá colocar “MÃOZINHA” como aprovado;
- A Comissão realizará a contagem de votos de aprovados e se de 50% MAIS 1, a proposta valerá como aprovada;
- E assim por diante de cada proposta.

Observação: O participante que não for delegado terá o vídeo desligado para fins de contagem de votos. Na Plenária algum delegado que não concorda, terá 2 (dois) minutos para destaque e o relator do eixo temático defenderá a proposta. Qualquer participante terá o direito de apenas 2 (dois) destaques do total de todas as propostas. O voto de minerva será deliberado no ato pela mesa diretora.

13:00hs – Apresentação dos novos membros do conselho municipal de saúde eleitos para a gestão 2021 a 2023 e Encerramento da XII Conferência Municipal de Saúde.

...  
....

Art. 17º O Relatório Final da XII Conferência Municipal de Saúde conterá as propostas e Moções aprovadas na Plenária Final devendo conter diretrizes que possam subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025 e contribuir para o fortalecimento das políticas e programas de Atenção à Saúde da população.

Parágrafo único. O Relatório aprovado na Plenária Final da XII Conferência Municipal de Saúde **será submetido a votação do CMS dia 27 de agosto de 2021** e o resultado encaminhado ao Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, publicado no site da Prefeitura Municipal e deve ser amplamente divulgado, servindo de base para os processos de monitoramento.

....

**Art.21º DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS**

A nomeação e a posse dos membros do Conselho serão realizadas por ato do poder executivo, para cumprimento do mandato de 02(dois)anos, possibilitando a reeleição uma única vez.

O mandato a que se refere este artigo não se aplica ao segmento do gestor, o qual se encerrará no término da gestão do prefeito que os nomeou.

**Art.22-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os eleitos titulares para os Conselhos Gestores são delegados à XII Conferência Municipal de Saúde, junto com os atuais membros do Conselho Municipal de Saúde.

...

Ribeirão Pires, 16 de julho de 2021

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

## **Decretos e Leis:**

### **LEI Nº 6.629, DE 02 DE JULHO DE 2021**

Dispõe sobre o descarte adequado de lixo eletrônico e lixo tecnológico e dá outras providências. (Autoria: Vereador Alessandro Adalberto Dias)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º – Esta lei dispõe sobre diretrizes e regras para a instituição do Programa de Coleta Seletiva Contínua de Resíduos Eletrônicos e Tecnológicos.

Art. 2º – Para os efeitos desta Lei, incluem-se os resíduos eletrônicos e tecnológicos, especificados a seguir:

I – pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais, pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio e aparelhos de telefones celulares com as suas respectivas baterias;

II – os resíduos gerados pelo descarte de equipamentos tecnológicos de uso profissional, doméstico ou pessoal e lúdico, inclusive suas partes e componentes, especialmente:

- a) computadores e seus equipamentos periféricos, tais como monitores de vídeo, telas, displays, impressoras, teclados, mouses, alto-falantes, drives, modems, câmeras e outros;
- b) televisores e outros equipamentos, que contenham tubos de raios catódicos;e
- c) eletrodomésticos e eletroeletrônicos que contenham metais pesados ou outras substâncias tóxicas.

III – lâmpadas que contenham em sua composição mercúrio e seus compostos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de luz mista e outros tipos de lâmpadas com vapor metálico.

Art. 3º – Os estabelecimentos que comercializam os produtos mencionados no artigo 2º, bem como os prestadores de serviço assistência técnica desses produtos, deverão receber dos usuários os produtos usados através de ponto de coleta com acondicionamento adequado em seu próprio estabelecimento.

Art. 4º – Os pontos de coleta deverão ser instalados em local de boa visibilidade e conter mensagem que alerte sobre os riscos provocados pelo descarte irresponsável desses produtos e sobre a necessidade de sua correta destinação final.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de julho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI  
Prefeito

RANGEL FERREIRA  
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA  
Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processo Administrativo nº 051/2021-CM - no 2805/2021 -PM  
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

#### **LEI Nº 6.628, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Patacori Ogum, a ser comemorado, anualmente, em 23 de abril, e dá outras providências.- (Autoria: Vereadora Márcia Maria Gomes da Cruz)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Patacori Ogum, a ser comemorado, anualmente, em 23 de abril.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**RICARDO NARDELLI JÚNIOR**

**Secretário de Governo**

Processo Administrativo nº 060/2021-CM - nº 3423/2021 -PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.627, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal do Diagnóstico e Prevenção da Catarata e Glaucoma, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo Cesar Ferreira)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a “Semana Municipal do Diagnóstico e Prevenção da Catarata e Glaucoma”, a ser realizada, anualmente, na última semana de maio, de modo a compreender o dia 26 de maio, data alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

**Art.2º** - Durante a “Semana Municipal do Diagnóstico e Prevenção da Catarata e Glaucoma” deverá ser destacada a importância do diagnóstico precoce das doenças, quais seus sintomas, formas de tratamento e prevenção, bem como a forma de convivência com os seus portadores.

**Art.3º** - O Poder Executivo deverá promover a divulgação da “Semana Municipal do Diagnóstico e Prevenção da Catarata e Glaucoma” através do site oficial durante toda semana, e poderá realizar palestras, seminários e, se possível, realizar mutirão de consultas em parceria com fundação e universidade entre outros.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**AUDREI ROCHA SILVA**

**Secretário de Saúde e Higiene**

Processo Administrativo nº 061/2021-CM - nº 3424/2021 -PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.623, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas academias de ginástica, centros esportivos e estabelecimentos similares, de cartaz com advertência sobre as consequências do uso de anabolizantes, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Archeson Teixeira )**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Torna-se obrigatória a afixação, nas academias de ginástica, centros esportivos e estabelecimentos similares, de cartaz com advertência sobre as consequências do uso de anabolizantes.

**Parágrafo único.** O cartaz deve conter os dizeres “O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e fígado, degrada a atividade cerebral, aumenta o risco do câncer e pode provocar dependência.”

**Art. 2º** O Poder Executivo ficará responsável por implementar e regular, no que couber, o programa de que trata esta lei, a fim de alcançar os objetivos elencados.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**CLAURÍCIO GONÇALVES BENTO**

**Secretário da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo Administrativo nº 050/2021- CM - nº 2806/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.622, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o "Dia Municipal do Líder Comunitário", e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Leandro de Souza Carvalho)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o "Dia Municipal do Líder Comunitário", a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de maio.

**Parágrafo Único** - Para efeito desta Lei, considera-se Líder Comunitário o cidadão ou cidadã, que participe de atividades em prol do bem comum, através de Entidades Filantrópicas, os dirigentes das associações de Moradores ou aquela pessoa que notoriamente se destacar nas atividades de interesses comunitários.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**LEONARDO PENNA DI BIAZZI**

**Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social**

Processo Administrativo nº 056/2021- CM - nº 2981/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.621, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Combate à Desnutrição Infantil, e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o “Dia Municipal de Combate à Desnutrição Infantil”, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de agosto.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**AUDREI ROCHA SILVA**

**Secretário de Saúde e Higiene**

Processo Administrativo nº 055/2021- CM - nº 2982/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.



**LEI Nº 6.594, DE 11 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre a alteração da denominação da Avenida Santo André, para Avenida Ernesto Menato e dá outras providências.- (Autoria: Casa)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica alterada a denominação da Avenida Santo André para Avenida Ernesto Menato, no município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**RICARDO NARDELLI JÚNIOR**

**Secretário de Governo**

Processo Administrativo nº 052/2021-CM - nº 2446/2021 -PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.620, DE 30 DE JUNHO DE 2021**

**Denomina de “Praça Claudinei Rodrigues Chaves” a área pública situada na Rua Copacabana, bairro Santa Luzia, da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Alessandro Adalberto Dias)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica denominada de “Praça Claudinei Rodrigues Chaves” a área pública situada na altura do número 39, lote 112, com área de 188 m<sup>2</sup>, situada na Rua Copacabana, no bairro Santa Luzia, na Estância Turística de Ribeirão Pires.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**RICARDO NARDELLI JÚNIOR**

**Secretário de Governo**

Processo Administrativo nº 054/2021- CM - nº 2983/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.619, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de caixas receptoras para coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados nas farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Valdir Nunes de Araújo)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Torna-se obrigatória a colocação em lugar visível de “Caixa Receptora” para coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos deteriorados ou com prazo de validade expirado ou não utilizados nas farmácias, drogarias, estabelecimentos congêneres e àqueles domiciliares.

**Parágrafo Único** - Os estabelecimentos deverão afixar placa ou cartaz em local visível e legível, com os seguintes dizeres: **“Este estabelecimento possui Caixa Receptora para descarte de medicamentos e correlatos. Deposite aqui seu medicamento vencido ou não utilizado”**.

**Art. 2º** - Os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta Lei deverão acondicionar o conteúdo da caixa receptora juntamente com o material a ser recolhido por empresa especializada para coleta dos “Resíduos de Serviços de Saúde”.

**Art. 3º** - Os estabelecimentos a que se refere esta Lei, terão o prazo de 90(noventa) dias, a partir da publicação desta Lei, para o cumprimento de suas disposições, sob pena de:

I - advertência;

II - multa de 02 (dois) salários mínimos, sendo cobrado o dobro em caso de reincidência;

III – a partir da terceira infração, suspensão do alvará de funcionamento.

**Art. 4º** - A fiscalização do cumprimento da presente Lei e a aplicação das penalidades referidas no artigo anterior serão exercidas pelas autoridades administrativas municipais competentes, os quais atuarão de ofício ou mediante denúncia.

**Art. 5º** - A inobservância de qualquer dispositivo desta Lei poderá ser processada mediante procedimento administrativo instaurado por iniciativa do usuário ou da fiscalização junto ao PROCON (Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor), o qual encaminhará os fatos e as provas ao Poder Executivo.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo Administrativo nº 045/2021- CM - nº 2533/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.618, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem-estar e do sossego público, e dá outras providências.-**  
**(Autoria: Vereador Koiti Takaki)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º.** É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com sons, ruídos e vibrações que causem incômodo de qualquer natureza que ultrapassem os limites da legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

**Parágrafo único** – Durante o estado de emergência decretado pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, os comerciantes, na divulgação de seus produtos por meio de amplificadores de som, deverão diminuir o volume do aparelho, para 40% do volume permitido, enquanto o veículo estiver estacionado para atendimento do consumidor.

**Art. 2º** - Constituem exceções ao objeto desta Lei, os ruídos produzidos pelas seguintes fontes:

I - Aparelhos sonoros usados durante a propaganda eleitoral, nos termos estabelecidos pela legislação pertinente às eleições;

II - Sirenes ou aparelhos sonoros de viaturas quando em serviços de socorro ou de policiamento;

III - Manifestações e festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões esportivas, festejos carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, bandas de músicas, desde que se realizem em horários e local previamente autorizados pelos órgãos competentes e nos limites por eles fixados ou nas circunstâncias consolidadas pelo costume;

IV - Sinos de templos que abrigam cultos de qualquer natureza, desde que os sons tenham duração não superiores a 60 segundos e apenas para assinalação das horas e dos ofícios religiosos; e carrilhões, desde que os sons emitidos tenham duração não superior a 15 minutos, com intervalos de 6 horas, no horário compreendido entre 7:00 e 22:00 horas.

**Parágrafo único** - A autorização de que trata o inciso III do caput deste artigo tem por limite de horário as 22 horas, com tolerância de até 1 (uma) hora desse limite.

**Art. 3º** - Mediante solicitação dos vizinhos, ou "ex-officio", quando lhe constar infração do disposto na presente Lei e a fim de constatá-la, a Prefeitura Municipal poderá proceder à vistoria administrativa dos estabelecimentos e instalações referidos nesta Lei.

§1º - Verificada a existência de infração, será o proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou instalação causador do ruído perturbador, intimado a fazê-lo cessar em prazo razoável, de acordo com as circunstâncias.

§2º - Não atendendo o proprietário ou responsável à intimação ser-lhe-á imposta, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, multa correspondente a 1(um) salário mínimo, vigente na ocasião, podendo esta multa, conforme a gravidade do caso, ser imposta por dia de infração.

§3º - A multa será elevada ao dobro e aplicada por dia de infração na reincidência.

§4º - Poderá a Prefeitura Municipal, no caso de nova desobediência, após imposição de multa por reincidência, cassar a licença para o funcionamento, procedendo-se ao fechamento do estabelecimento pelas autoridades municipais.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a matéria no que couber.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor no prazo de 90(noventa) dias a contar da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo Administrativo nº 027/2021- CM - nº 2532/2021 - PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

#### **LEI Nº 6.616, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

**Dispõe sobre a criação do Programa de “Coleta Seletiva” no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Alex Aparecido Borges Mathias)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Programa “COLETA SELETIVA”, observando-se as seguintes diretrizes:

I - Promover a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, preservar o meio ambiente e reduzir custos com a limpeza urbana da Cidade, além de outros;

II - Cada escola, além de promover a coleta seletiva interna, poderão promover a conscientização da comunidade do seu entorno;

III - A segregação dos resíduos se dará em dois recipientes, sendo um de materiais recicláveis e outro de orgânicos e outros;

IV - os Órgãos Públicos Municipais e as Escolas Municipais poderão servir de Pontos de Entrega Voluntária, cabendo a cada unidade administrativa tomar as devidas providências;

V - os materiais recicláveis coletados pelos órgãos serão doados às Cooperativas, Associações que congregam a categoria dos catadores de materiais recicláveis e entidades filantrópicas.

Parágrafo único - No caso das Escolas Municipais os materiais poderão constituir renda própria, a qual deverá ser revertida em prol da instituição ou dos alunos, em especial os carentes, cabendo-lhe a prestação de contas junto ao Conselho e/ou Comunidade Escolar por meio de relatórios trimestrais da sua aplicação ao Grupo Especial de Trabalho.

Art. 2º - O Programa “COLETA SELETIVA” terá o caráter permanente e de forma gradativa até alcançar o horizonte de todos os domicílios e consequentemente toda a comunidade.

Art. 3º - Todas as atividades inerentes à implantação do referido programa deverão obedecer às normas da Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente e da Saúde Pública do Trabalhador.

Art. 4º - Fica autorizada a criação do Grupo Especial de Trabalho, encarregado de implementar o Programa "COLETA SELETIVA" dos Resíduos Urbanos Comerciais e Domésticos do Município, observando as diretrizes gerais e as estratégias de sustentabilidade sócio ambiental, previstas na Política Municipal de Resíduos Sólidos, a ser elaborada mediante as seguintes ações:

I. efetivar parcerias com organizações não governamentais, do terceiro setor, cooperativas, associações de catadores de materiais recicláveis e iniciativa privada em projetos da área de reciclagem para os resíduos coletados;

II. elaborar relatórios semestrais referentes às ações desenvolvidas no Programa da Coleta Seletiva.

Art. 5º - O Grupo Especial de Trabalho a que se refere o artigo antecedente será composto por servidores das Secretarias Municipais:

I. Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania;

II. Secretaria Municipal de Esportes;

III..Secretaria Municipal de Cultura;

IV.Secretaria Municipal de Governo;

V. Secretaria Municipal de Educação;

VI. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VII. Secretaria Municipal de Obras;

VIII. Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - A designação dos servidores para composição do Grupo Especial de Trabalho ficará a cargo dos titulares de cada Órgão, mediante ato administrativo próprio.

Art. 6º - Os chefes de cada unidade dos órgãos referidos zelarão pela observância da lei, determinando a separação do lixo reciclável para a coleta e o devido encaminhamento para instituições dentro do município que trabalham com reciclagens de lixo, para que possam obter uma renda extra com ajuda da municipalidade.

Art. 7º - O Grupo Especial de Trabalho será de caráter permanente, cabendo-lhe ao final de cada trimestre apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório circunstanciado sobre o desempenho das atividades executadas.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo Administrativo nº 043/20210- CM - nº 2447/2021 - PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.617, DE 28 DE JUNHO DE 2021**

**Altera a redação do artigo 73 e parágrafos, da Lei Municipal nº 3.947/1996 que regulamenta o transporte individual de passageiros no município de ribeirão pires e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - O artigo 73 da Lei Municipal nº 3.947 de 12 de junho de 1996 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 73 – É permitida a utilização ou exploração de publicidade e propaganda exclusivamente no para-brisa traseiro, denominado “taxidoor”, e por meio de display a ser instalado no teto dos veículos de transporte individual de passageiros no município de Ribeirão Pires, do tipo táxi, nos seguintes termos:

§1º A veiculação da publicidade e propaganda deverá observar as disposições constantes na Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e respectivas Resoluções do CONTRAN.

§2º A publicidade ou propaganda veiculada nos taxis não poderá promover a divulgação de bebidas alcoólicas, produtos derivados de tabaco, substâncias entorpecentes, propaganda eleitoral ou de cunho político-partidário, e de caráter obsceno, ofensivo ou imoral.

§3º A publicidade e propaganda efetuada por meio do “taxidoor” poderá ocupar a totalidade do para-brisa traseiro, desde que não prejudique ou interfira na visão do motorista.

§4º O display mencionado no caput, a ser instalado no teto do veículo, deverá ter as medidas máximas de 96 centímetros de comprimento e 32 centímetros de altura, podendo ser luminoso, sendo proibida qualquer emissão de som ou ruído.

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a respectiva regulamentação por meio de decreto.”

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR**

**Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

Processo Administrativo nº 047/2021- CM - nº 2449/2021 - PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.596, DE 11 DE JUNHO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal de Valorização dos Catadores de Materiais Recicláveis, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de junho, e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal de Valorização dos Catadores de Materiais Recicláveis, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de junho, de modo a coincidir o Dia Mundial do Meio Ambiente comemorado em 05 de junho.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo Administrativo nº 046/2021-CM - nº 2534/2021 -PM

Publicada no órgão da Imprensa Oficial.



## **DECRETO Nº 7.196. DE 16 DE JULHO DE 2021**

Regulamenta o Diário Oficial do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – DOM/RP, instituído pela Lei nº 5.885, de 22 de setembro de 2014, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a necessidade de regulamentação da Lei nº 5.885, de 22 de setembro de 2014, que institui o Diário Oficial do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – DOM/RP,

DECRETA:

### **Capítulo I DO REGULAMENTO**

Art. 1º - O Diário Oficial do Município de Ribeirão Pires – DOM/RP, instituído pela Lei 5.885, de 22 de setembro de 2014 compreende um conjunto integrado de ações destinadas à assegurar o direito às informações acerca dos atos governamentais da Administração Direta e suas autarquias, obedecendo ao princípio da publicidade, conforme disposto no Artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, possuindo as seguintes características:

Art. 2º - O Diário Oficial do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – DOM/RP - estará disponível online aos cidadãos exclusivamente na rede mundial de computadores – internet – no endereço eletrônico [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br).

Art. 3º - Os atos oficiais a serem publicados deverão ser transmitidos eletronicamente através do e-mail [secom@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:secom@ribeiraopires.sp.gov.br) até às 9 horas do dia útil previsto para sua publicação.

§1º - Os atos oficiais enviados após o horário estabelecido no caput deste artigo terão a sua publicação veiculada no dia posterior ao definido.

§2º Os atos oficiais enviados após esse horário e que, por alguma excepcionalidade, tenham que ser publicados no mesmo dia, deverão passar por aprovação da Diretoria de Comunicação Social com as justificativas encaminhadas no endereço eletrônico mencionado no caput deste artigo.

Art 4º Os atos oficiais serão veiculados às 10 horas do dia previsto para suas publicações.

Art. 5º A alteração ou a revogação de ato oficial já publicado deverá ser solicitada pelo departamento interessado com as razões explanadas ao Departamento de Comunicação Social por meio do endereço eletrônico [secom@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:secom@ribeiraopires.sp.gov.br) , contendo referência às disposições emendadas ou invalidadas, com expressa menção na data da edição, parte e página da primeira publicação.

§1º - na retificação de ato oficial, serão publicados apenas os tópicos alterados, emendados ou omitidos, com esclarecimento no topo do documento.

§2º - o ato somente poderá ser objeto de republicação quando a incorreção comprometer sua essência ou, por sua importância e complexidade, deva ser reinserido na íntegra.

Art. 6º O conteúdo dos atos oficiais será de inteira responsabilidade do departamento de origem, não sendo permitido ao Departamento de Comunicação Social executar qualquer ajuste em seu teor.

### **Capítulo II DOS PADRÕES TÉCNICOS PARA PUBLICAÇÃO**

Art. 7º Os atos oficiais enviados para publicação deverão seguir a seguinte formatação:

- I – Documento aberto em Word;
- II – Quando se tratar de tabela em EXCEL ou IMAGEM, enviar documento em formato PDF;
- III – Texto ARIAL e JUSTIFICADO;
- IV – Tamanho 10;
- V – Espaçamento entre linhas simples;
- VI – Sem tabulação;
- VII – Margens laterais 2,0 cm.

Art. 8º Os atos oficiais serão compilados e publicados num só arquivo, ajustado pelo Departamento de Comunicação Social.

### Capítulo III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os atos oficiais oriundos de Conselhos Municipais deverão ser encaminhados para publicação através das Secretarias Municipais relacionadas.

Parágrafo Único – O Departamento de Comunicação Social terá autonomia para solicitar correções dos arquivos encaminhados em desconformidade com as regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 10 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.507, de 29 de setembro de 2014.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 16 de julho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI  
Prefeito

RANGEL FERREIRA  
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR  
Secretário de Governo

Processo Administrativo 4533/2014 - PMRP  
Publicado no órgão da Imprensa Oficial.